

Durante o Estado Novo, os padrões de ensino eram determinados por uma política educacional autoritária e conservadora. A partir de 1936, com o Ministro Carneiro Pacheco, a inculcação de um modelo de sociedade nas elites que acediam ao liceu e ao ensino superior tornou-se mais visível nos currículos (na acepção lata do termo) e em toda a organização escolar. Na sequência da Lei nº1.941, de 11 de Abril de 1936, que remodelava o Ministério da Instrução Pública (passando a designar-se Ministério da Educação Nacional – MEN) e criava a Junta Nacional de Educação (JEN), publicava-se o diploma que instituiu as Missões Estéticas de Férias (MEF)<sup>2</sup>. O mesmo diploma, no preâmbulo, alude ao propósito governamental de *integrar a Arte num unitário e activo programa de educação nacional e, indo mais longe, explicita: Pelo presente decreto pretende-se dotar a formação dos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas com o conhecimento do património estético da Nação, nos seus valores naturais e monumentais, de que são tam ricas as nossa províncias, ao mesmo tempo que se contribuirá para a realização do respectivo cadastro, inventário e classificação...*<sup>3</sup>.

As MEF surgiram num período em que se tentava construir a escola nacionalista, formadora da consciência, e constituíam uma modalidade de acção educadora criada pelo Estado Novo como complemento de formação de cultura dos jovens artistas portugueses, procurando inculcar activamente um modelo de sociedade e um conceito de arte nessas elites estudantis, prevenindo assim os ataques políticos do vanguardismo plástico. Para tanto, socorriam-se dos exemplos da História de Arte, da Arqueologia e do Património Natural e Etnográfico. A instituição das MEF não está alheia à criação da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA) em 1932<sup>4</sup>, a quem cabia a responsabilidade superior das MEF e o objectivo, entre outros, de inventariar e estudar o património artístico da nação. Tratavam-se, aliás, de duas tarefas que de certa forma se complementavam entre si, embora só uns anos mais tarde os dois objectivos se viessem a interligar de forma mais visível a partir do momento em que Reinaldo dos Santos assumiu a Presidência da ANBA em 1937.

A ideia inicial de instituição das MEF partiu do então Presidente da ANBA e não do Ministro da Educação Nacional (Carneiro Pacheco), e constituiu, no entender de Raul Lino, *uma das mais interessantes e última das iniciativas*<sup>5</sup> daquele erudito. Na altura, o cargo era preenchido por José de Figueiredo, que reunia as funções, por inerência do cargo, de Presidente da 6ª Secção da JNE. Para além do Director da Missão e dos estagiários, poderiam fazer parte formadores (mestres) e professores convidados, especialistas noutras áreas focadas durante os trabalhos do estágio, bem como candidatos agregados desde que não representassem encargos para o estado. Por outro lado, não era por acaso que a ideia fora apadrinhada por R. Lino, a quem coube a direcção da primeira missão. No entender do secretário da ANBA, numa atitude educativa e moralizadora, a única forma de se resolver a contradição entre o progresso e a moralidade era através da pedagogia: *Civilização*

---

<sup>1</sup> Equiparado a Bolseiro pelo ME para preparação de tese de doutoramento sobre o Ensino Liceal da História da Arte em Portugal durante o Estado Novo. Professor do QND da Esc. Secundária Artística António Arroio, em Lisboa.

<sup>2</sup> Dec.-lei nº 26:957, de 28 de Agosto de 1936.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p.1039.

<sup>4</sup> Decreto nº 20:977, de 5 de Março de 1932.

<sup>5</sup> “Missão Estética”, in *Arte de Ontem e de Hoje*, Edições Ricardo Espírito Santo, Lisboa, 1948, s/p. .

não se atinge por meio de ordens ou decretos, é pela educação.<sup>6</sup> Já as suas propostas pedagógicas enquanto arquitecto configuravam-se dentro de um admirativo amor à nacionalidade, no culto de uma memória colectiva a preservar e recriar, independentemente das mudanças históricas. Por isso, para R. Lino, perfeitamente enquadrado na vertente culturalista e provinciana que a frágil ideologia do Estado Novo foi afirmando, toda a modernidade artística se resumia a um fenómeno revestido de tristes equívocos, decadência cultural<sup>7</sup>, contra o qual as MEF poderiam empreender uma luta no verdadeiro sentido. A ANBA conseguiu realizar, entre 1937 e 1950, treze missões, onde participaram mais de uma centena de jovens, quase todos vindos das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Suportadas por um ideal patriótico, as MEF assinalavam uma aproximação romântica à história e à história de arte portuguesas e nelas se concretizava uma formação eminentemente prática, mas doutrinária, pois o artista seria levado a contemplar directamente os valores naturais e patrimoniais das diversas províncias: durante dois meses de verão inspiravam-se junto dos padrões consagrados pela história e pela estética, em plena natureza e em franco convívio, admirando o que de belo e pitoresco existia na terra portuguesa, para proveito e regalo do espírito. A iniciativa opunha-se, assim, ao excessivo ineditismo do mundo académico<sup>8</sup>.

Embora preparadas no início de cada ano, as MEF eram realizadas nos meses de Agosto e Setembro. O seu enquadramento legal previa a elaboração de um programa, orientador das actividades dos estagiários. Convém referir que só encontramos programas escritos para as 1ª, 2ª, 6ª e 8ª MEF, pois nos processos constantes no arquivo da ANBA não constam outros programas, para além dos quatro atrás referidos. As próprias instruções dadas aos académicos directores das missões não exigiam a apresentação de um programa formal, pelo que se tornou tradição não apresentá-lo. Da análise dos programas existentes, observa-se que, à excepção do programa da 6ª MEF (em que são enunciados os monumentos a visitar e os aspectos mais importantes a destacar em cada um deles), os directores das missões limitavam-se a transpor para o seu documento trechos da legislação criadora das MEF, destacando os objectivos gerais ou os aspectos regulamentares das actividades do estágio, revelando esses relatórios fraco interesse pedagógico ou científico. Esta razão poderá ter levado a ANBA, logo três anos após o início das missões, a dispensar os futuros directores da apresentação de tal documento, conforme se depreende do ofício enviado pelo então Secretário da ANBA, R. Lino, de 14/06/40 dirigido ao director da 4ª MEF<sup>9</sup>. Retornando à 6ª MEF, o seu director, Ernesto Korrodí, num documento dirigido à ANBA e intitulado *Algumas sugestões para um programa da VI Missão Estética de Férias a realizar em Leiria*, destaca, para além de outros monumentos, a importância pictórica e arqueológica do castelo de Leiria nos estudos a efectuar durante a Missão. Mostra também interesse pelo

<sup>6</sup> R. Lino, *Diário de Notícias*, 06-12-1951. Esta sua preocupação, como seria de esperar, era particularmente orientada para a arquitectura portuguesa: “Ninguém me tira da cabeça que a salvação da paisagem, das árvores, da natureza, dos monumentos, de muitas, muitas outras coisas, não tenha um dia que nascer na escola que se há-de substituir à esquadra.” – R. Lino, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Geografia*, 1957, n.º27.

<sup>7</sup>Ver Irene Ribeiro, *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*, Porto, tese de mestrado apresentada em 1993 à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994; cfr. José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1966.

<sup>8</sup> Cfr. Missões Estéticas de Férias. Legislação, Regulamentos e Normas, Lisboa, ANBA, 1974, e Varela Aldemira (pref), *Exposição da XII Missão Estética de Férias Organizada pela Academia Nacional de Belas Artes*, Lisboa, ANBA, 1948; Idem, *Exposição da XI Missão Estética de Férias Organizada pela Academia Nacional de Belas Artes*, Lisboa, ANBA, 1947; e Jorge Ramos do Ó, “Instrumentos e agentes da dominação” in *Os anos de Ferro - o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949, ideologias, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp.53-122.

<sup>9</sup> ANBA, Livro 3, Proc.º 471.

que, no entender de Vítor Serrão, será *Cripto-História da Arte*<sup>10</sup>, ao destacar para os estagiários arquitectos um *problema inédito e dos mais interessantes*, com a descoberta de um documento no Museu de Arte Antiga de um álbum de apontamentos de notável precisão de autoria de um artista de nacionalidade francesa que percorreu Portugal em fins do século XVIII e que *oferecem elemento precioso para uma reconstituição da fachada posterior (lado do pátio) do palácio de D. João I*<sup>11</sup>. Outros monumentos a visitar nesta Missão serão: Fonte Grande, Igreja de N.ª Sr.ª. da Encarnação, Sé Catedral e excursões à Batalha, Praia de Vieira, Marinha Grande e, não menos importante, a arquitectura tradicional rústica. Para os pintores destaca o tipo de indumentária regional da mulher e as belezas da região. Refere ainda a possibilidade de realização de palestras de interesse artístico. Convém referir que o convite dirigido a E. Korrodi para dirigir a 6ª MEF não foi inocente. Este académico estava indigitado para traçar o programa de trabalho do Inventário Artístico do Conselho de Leiria.

No final de cada Missão, o seu Director ficava encarregado de enviar à ANBA um relatório dos trabalhos desenvolvidos. Ao longo de vinte e sete anos, esses relatórios variaram de estilo e de quantidade de informação veiculada. Alguns concorreram mesmo para o fornecimento de informações sobre obras de arte e monumentos existentes nas regiões e relevantes para o Inventário Artístico iniciado pela ANBA, como o atesta o teor do ofício que Joaquim Lopes recebeu da ANBA após a conclusão da 4ª MEF que dirigira, em Viana do Castelo<sup>12</sup>. Após a apreciação dos relatórios em sessão da ANBA, era enviada uma cópia para a Direcção-Geral do Ensino Superior de Belas Artes (DGESBA). Por vezes, a versão apresentada ministerialmente pela Presidência da ANBA não coincidia com a do Director da Missão, pelo menos naqueles aspectos que poderiam comprometer o êxito das MEF e/ou a vontade política de manter a sua instituição. O primeiro caso que detectámos ocorreu na 4ª MEF, com o relatório de Joaquim Lopes, de 22/12/40, atrás referido e truncado em três extensos parágrafos referentes a um conteúdo que relatava o abandono da Missão por parte de alunos. Através daquela missiva, o Director da Missão ficava informado que ficara *resolvido em sessão, que na cópia do relatório a enviar ao Snr. Ministro, como é de lei, se eliminassem as últimas 25 linhas da página XII e as 3 primeiras linhas da página XIII, simples emenda que em nada afecta a substância do assunto*.<sup>13</sup> A parte expurgada relatava o abandono da Missão, logo no dia seguinte ao da chegada a Viana, por parte do estagiário Agostinho Salgado (que nem sequer abria as malas) e, posteriormente, a fuga (termo usado no relatório) a meio da Missão por parte do estagiário Joaquim da Costa Rebocho. Ainda nesses parágrafos *eliminados*, o relator afirma desconhecer os motivos que levaram à conduta daqueles dois estagiários e propõe medidas apertadas de regulamentação para as futuras Missões.

É óbvio que, fossem quais fossem os motivos dos estagiários, a sua atitude comprometia a imagem de sucesso das MEF, *a priori* garantida pelo Ministério da Educação, bem como a capacidade da ANBA de levar a bom termo tão elevada tarefa nacional, pelo que constituía,

---

<sup>10</sup> Ver Vítor Serrão, *A Cripto-História da Arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 200, especialmente o primeiro capítulo (pp.11-22), que versa sobre o conceito.

<sup>11</sup> Arqº Ernesto Korrodi, “Algumas sugestões para um programa da VI Missão de Estética de Férias a realizar em Leiria” p. 2, ANBA, Livro 4, procº. 33. E. Korrodi publicou *Estudos de Reconstrução do Castelo de Leiria por Ernesto Korrodi*, edição (de autor?) de 220 exs., de 1898, citado pelo próprio no relatório. Sobre a obra deste académico no plano da reconstrução patrimonial ver, de Lucília V. da Costa, *Ernesto Korrodi (1889-1944), arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Estampa, 1997.

<sup>12</sup> Ofício assinado pelo Vice-Secretário da ANBA, Luís Varela Aldemira, dirigido ao Prof. Joaquim Lopes em Janeiro de 1941 (*in loc.cit.*).

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

aos olhos dos seus dirigentes na época, matéria confidencial a omitir por todos os meios, mesmo às instâncias mais elevadas da tutela. O sucesso de qualquer empresa depende do seu financiamento, como é sabido, mesmo as de carácter educativo. No caso da MEF, tratava-se de uma actividade que envolvia avultadas despesas com os vencimentos dos académicos<sup>14</sup>, os subsídios aos estudantes, deslocações, aquisição de materiais de arte, transporte de obras de arte, atribuição de prémios, etc. Assim, desde o início que a ANBA e os vários académicos dirigentes das Missões se debateram junto da tutela com este problema, denunciando as insuficiências e solicitando reforços de verba, quer nos relatórios produzidos anualmente, quer nos ofícios enviados pelos Presidentes da ANBA à DGESBA. Mas o poder político não parecia ver de forma imperiosa nas MEF uma empresa que justificasse aumentos de despesa pública, pois só assim se justifica que durante anos a fio as Missões se desenrolassem na quase penúria e a situação levasse mesmo a que vários estagiários abandonassem os trabalhos a meio ou mesmo logo no início. Esta situação de penúria só era suportada graças à generosidade das autoridades locais que participavam com subsídios e materiais, situação a que a maioria dos relatórios alude. Para além dos trabalhos de oficina e de atelier, o tempo dos estagiários distribuía-se entre visitas de estudo e registos e conferências. A exposição final dos trabalhos dos alunos, acompanhada pela publicação de um catálogo, ocorria quase sempre entre Novembro e a primeira quinzena de Dezembro e a sua organização cabia à ANBA<sup>15</sup>.

Para além do papel da ANBA, e do de outros organismos centrais, como a DGESBA e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), os recursos indispensáveis à viabilização deste projectos eram obtidos através da participação, solicitada ou oferecida, dos governos civis, das câmaras municipais, das comissões municipais de turismo, dos museus, directores de escolas industriais e de colégios, de associações culturais e de outras estruturas locais. Esse apoio ia desde o fornecimento gratuito de alojamento (e de tudo o que isso implica: electricidade, água, mobiliário, roupas, louças) até à alimentação e deslocações em visitas de estudo. Não será difícil compreender tais auxílios se observarmos que a realização das MEF constituíam um motivo de chamariz nacional que revertia a favor das localidades e respectivas regiões e que, muitas vezes, eram os próprios Governadores Civis ou Presidentes de Câmara a solicitarem com bastante antecedência à ANBA que a próxima escolha recaísse sobre os seus distritos ou cidades<sup>16</sup>. Por sua vez, a publicitação das Missões era encomendada pela ANBA, que redigia boletins informativos sobre as Missões, e a SNP. A vida das Missões, bem como as exposições finais, eram sempre acompanhadas pelos jornais e a própria ANBA diligenciava nesse sentido, conforme atesta o teor de um ofício dirigido à imprensa, relativamente à 6ª MEF e onde se dava conta do texto que deveria ser publicado<sup>17</sup>. Ao longo dos anos, a ANBA recolheu cuidadosamente os recortes de imprensa de todas as MEF, tendo sido, de longe, a primeira Missão a que mais destaque mereceu nos jornais, pelo seu carácter inaugural e político que lhe estava inerente.

---

<sup>14</sup> Em 1945 o académico director passa a receber uma gratificação acumulável proporcional à duração da MEF (o que era uma novidade), bem como o subsídio individual do estudante, ambos passando a ser fixados anualmente pelo Ministério da Educação Nacional com o acordo do Ministério das Finanças – Dec.-lei 34:764, de 18 de Julho de 1945.

<sup>15</sup> Vergílio Correia é muito explícito quanto a esta situação, quando relata a 5ª Missão – Ver *Relatório da 5ª MEF – Cópia*, AHME, fundo JNE, cx. 28/287, proc.6.

<sup>16</sup> No arquivo da ANBA encontramos vários ofícios de Câmaras Municipais e de Governadores Civis confirmando este facto.

<sup>17</sup> In *loc.cit.* .

A selecção do público-alvo constituía um processo moroso e complicado. Os destinatários das MEF eram jovens artistas vindos de todas as partes do país, sendo finalistas das Escolas de Belas Artes (Lisboa e Porto), também das Escolas Industriais, ou artistas já diplomados. O perfil de classe destes estudantes que frequentavam este tipo de ensino era, já por si, um perfil de elite, provinda de estratos da população algo privilegiados a nível económico e cultural, ou seja, os que costumam ter vantagens a nível académico. Após uma primeira selecção dos candidatos feita pelas escolas, a ANBA procedia à selecção final e, no cumprimento do disposto no art. 2º do Dec.-lei nº 25.317, de 13.05.35, a ANBA enviava à DGESBA os boletins de informação e as relações correspondentes aos candidatos de forma a obter a informação da PIDE<sup>18</sup>. A decisão da ANBA carecia de homologação por parte do Ministério. Existiam três categorias de candidatos. Os estagiários aprovados eram, naturalmente, os que beneficiavam da bolsa e usufruíam de todas as actividades sem quaisquer encargos. De seguida, constituía-se uma lista de candidatos suplentes, que entravam em caso de desistências (e foi havendo algumas). Por último, os estagiários agregados eram aqueles que pelo seu mérito eram convidados a participar nas Missões (geralmente pelas Escolas de Belas Artes ou pelos próprios directores das MEF) e cujos encargos financeiros respectivos eram suportados pelos próprios. Após insistência da ANBA, a tutela autorizou a atribuição de prémios aos estagiários de cada MEF, o que só veio a ocorrer a partir da terceira Missão, que teve lugar em Alcobaça. Nessa data (1939), o Chefe de Estado e o Ministro compareceram na exposição final dos trabalhos dos estagiários e atribuíram, logo naquele ano, dois prémios nacionais<sup>19</sup>. Assim, os prémios que passaram a ser conferidos pelo Ministério e pela ANBA aos melhores estagiários eram os seguintes: i) *Prémios Nacionais*, conferidos pelo MEN, no valor de dois mil escudos cada um; ii) *Prémio Luciano Freire*, conferido pela ANBA, no valor de quatrocentos escudos; iii) *Menções Honrosas*, conferidas pelas ANBA (não pecuniárias). Após a exposição final, que tinha lugar na SNBA e em que o Ministro marcava invariavelmente presença, a entrega dos prémios ocorria no início do ano seguinte e era cuidadosamente preparada e igualmente cercada de grande aparato propagandístico. O aparelho do Estado tornava-se especialmente visível nestas ocasiões solenes de projecção nacional. Em 1941, por exemplo, a cerimónia de entrega dos prémios que teve lugar no Museu de Arte Contemporânea, contou com a presença do próprio Chefe de Estado (General Oscar Carmona) e do Ministro da Educação Nacional. Tal como era hábito, a ANBA enviava à imprensa boletins informativos do início e do encerramento de cada MEF, dando relevo às sessões inaugurais dos trabalhos ou das exposições finais na SNBA e destacando os seus próprios méritos, como se depreende da leitura dos artigos dos jornais<sup>20</sup>.

Logo no verão de 1937, a espalhafatosa inauguração da primeira MEF levou a Tomar o Ministro Carneiro Pacheco que, de uma forma solene, apresentou ao público em geral e aos estagiários as expectativas deste empreendimento, integrado num *renôvo de energias e de engrandecimento da nação, que hoje se vive em Portugal*<sup>21</sup>. Começando por justificar o local seleccionado, traça no seu discurso um cenário histórico-mítico evocando os heroísmos e

---

<sup>18</sup> Este tipo de informação só transparece nos processos a partir de 1955.

<sup>19</sup> Ofício de Reinaldo dos Santos ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, de 25 de Novembro de 1939, AHME, fundo DGESBA, cx. 3/3056, proc. 491. Neste ofício, o Presidente da ANBA dá conta dos encargos superiores que a 3ª MEF teve relativamente às anteriores, com os transportes dos trabalhos destinados à exposição, número de excursões, fotografias, impressão do relatório, tudo despesas que excederam os 90% da dotação inscrita para tal fim. Começavam já, então, as MEF a traír, do ponto de vista financeiro, os seus propósitos iniciais.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, artigo em *O Século*, de 05/12/43, intitulado “A Exposição da VII Missão Estética de Férias organizada pela Academia Nacional de Belas Artes”.

<sup>21</sup> *Discurso do Sr. Ministro da Educação Nacional*, ANBA, Livro 1.

as grandezas do passado tanto no período da *reconquista* como no dos *descobrimientos*. Baseou-se nas lamentações de Ramalho Ortigão para relançar o alarme *para a defesa dos monumentos arquitectónicos, da pintura e da escultura e da riqueza artística contra a indiferença oficial, a decadência, a anarquia e a desnacionalização*<sup>22</sup>, passando de imediato à apologia da obra de reintegração conscienciosa do Estado Novo como restaurador de todo o património da Nação, destacando o papel da DGEMN. Após esta introdução, o Ministro foi directamente ao assunto, isto é, aos valores que importa transmitir às novas gerações de artistas. Alertou para os perigos da conversão da genuína arquitectura em simples engenharia de construção graças aos novos materiais e ao abuso das linhas rectas, para a proliferação dos estrangeirados *chalets* de gumes vivos e de amplas janelas e com custos elevados, concluindo pela *urgente necessidade de acautelar a arte nacional de um internacionalismo de formas sem conteúdo espiritual, que acabará por secar as fontes da sua originalidade*<sup>23</sup>. Admitindo que Portugal entrara num novo ciclo da sua história, de restauração nacional e de prestígio exterior, o Ministro garantia que era possível conciliar a expressão do seu génio, a autonomia e a missão histórica da arquitectura portuguesa com as faculdades criadoras dos jovens artistas, pelo que o Estado lhes confiava a capacidade de interpretação estética da nova renascença portuguesa. Reconhecia, assim, o mais elevado designio das MEF e que era, precisamente: *o de mobilizar a energia espiritual da Nação contra doentias concepções de que seja a originalidade e contra a desnacionalizadora infiltração de exóticas teorias que um materialismo geométrico, frio, incaracterístico sacrifica o realismo plástico humano e português*<sup>24</sup>. Concluiu apelando para as faculdades criadoras dos estagiários, esperando que o seu contacto com a terra portuguesa servisse de fonte de inspiração, para que na sua obra futura figure o *sentido lusíada* seguindo o exemplo dos seus grandes predecessores. Era o reconhecimento oficial da instrumentalização estatal dos artistas ao serviço da fixação da tão ansiosa fisionomia da nova renascença portuguesa. Por sua vez, o discurso do Presidente da ANBA, começou por destacar a importância da inspiração na natureza e as facilidades que o Estado proporcionava aos artistas para a conhecerem. De seguida, justificou a escolha do Convento da Ordem de Cristo em Tomar, pelo decorativismo naturalista que apresenta e o estilo artístico representado: o manuelino, *arte menos ordenada e mais violenta* [face ao renascimento], *mas que se salvou pela sinceridade e competência dos que a manearam e pela riqueza da sua sugestão espiritual e da matéria empregada, tudo aqui nos fala de meditação e de equilíbrio...*<sup>25</sup>. Continuou justificando a escolha, reconhecendo a representatividade de vários estilos dentro do mesmo monumento, o que não podia servir melhor os propósitos pedagógicos do estágio. Mas, poucas linhas adiante, inflectiu o seu discurso para a importância dos artistas emprenderem uma obra nacional, com materiais portugueses, com inspiração portuguesa, sobretudo regional, destacando o exemplo do arquitecto R. Lino nesse domínio. Numa caminhada teórica que bordeja o conservadorismo estético e cultural, denunciou a luta do tijolo contra o mármore e o betão armado, de cuja eficiência desconfiava abertamente<sup>26</sup>. O espírito da iniciativa saiu confirmado nas parangonas dos jornais da época. Títulos como *O Nacionalismo e a Arte* ou *Estudantes e Artistas vão viver dentro dos monumentos e percorrer as nossa belas paisagens*<sup>27</sup> inundaram a imprensa nacional e local e fizeram a glória dos governantes e dos académicos, relatando

<sup>22</sup> *Discurso do Sr. Ministro da Educação Nacional in loc. cit...*

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> (Este trecho e o anterior: ) *Idem., ibid.*

<sup>25</sup> José de Figueiredo, *Discurso*, sessão inaugural da 1ª MEF, 1937, Tomar (ANBA, Livro 1).

<sup>26</sup> *Idem, ibid.* :“E o cimento-armado? Mas o cimento-armado não é matéria, mas apenas material e, como tal, não se sabe sequer até que ponto vale. A sua duração pode ser efémera, inconveniente a que crescem os que trazem (sic) seu nenhum poder isolador...”

<sup>27</sup> *Diário de Notícias* de 11/06/37 e *Diário de Lisboa*, de 14/06/37, respectivamente.

a oportunidade da legislação, o valor da iniciativa, a excelência da organização, os desvelos de Oliveira Salazar para com a actividade artística e a preservação do património nacional, etc.

À semelhança do que iria acontecer nas Missões seguintes, o programa da 1ª MEF fixava diferentes tarefas para cada especialidade artística. Por um lado, os pintores ocupar-se-iam com a paisagem e os costumes da região, *sem esquecer os efeitos monumentais e de inspiração histórica*<sup>28</sup>; por outro, os escultores, além de outros trabalhos, fixariam a iconografia escultórica dos monumentos e, eventualmente, elaborariam trabalhos de moldagem caso fosse disponibilizado um formador, mas sempre sob a orientação do director da missão. Já os arquitectos procederiam ao estudo, levantamento e reconstituição de monumentos e de outras construções com interesse arqueológico, em colaboração com arqueólogos - se os houvesse no estágio - e elaborariam memórias/relatórios sobre os trabalhos efectuados<sup>29</sup>. Quanto aos estagiários arqueólogos, caberia especialmente a eles o cadastro e inventário do património da região. Em 30 de Dezembro de 1937, o Director da primeira MEF, R. Lino, para além de relatar os discursos proferidos, revela as qualidades particulares que, no seu entender, motivaram com fundamento a escolha de Tomar, dando azo especial ao trabalho dos arquitectos, a quem não deixa de fazer um apelo *para que se não deixem seduzir pela miragem da novidade, sempre tam perigosa quando movidos apenas pelo desejo de inéditismo ou obedecendo ao jeito da tradição, ainda no que esta tem de mais imediato e natural*<sup>30</sup>. Queixa-se da atitude de alguns estagiários (especialmente dos arquitectos) que não aprovavam a qualidade das instalações. Convém referir que estes estagiários eram já alunos formados nas Belas-Artes, jovens na pujança da idade, contestatários e provenientes de uma burguesia maioritariamente urbana e possivelmente nada dada a uma austeridade de carácter conventual. Contudo, diz o relator, a disciplina impôs-se bem como uma certa *ambiência espiritual*, apesar de para o fim da Missão se ter dado inteira liberdade de acção aos estagiários, mercê dos jovens terem entendido o estágio como umas férias, facto pesorosamente assumido por R. Lino.

Não obstante este aspecto desanimador, não se deixou de efectuar uma excursão aos *grandes Monumentos da região* mas dispensou-se a série de conferências de ilustres mestres previstas para o Convento da Ordem de Cristo. Como conclui R. Lino acerca deste problema dos estagiários? Propõe que de futuro a ANBA proceda com redobrada cautela na escolha dos candidatos a futuras Missões. Por crer, talvez, que o espírito inicial das MEF não fora bem compreendido, muito mais tarde voltou ao assunto. Dez anos decorridos sobre a primeira MEF, R. Lino, em a *Arte de Ontem e Hoje*<sup>31</sup>, escreve um artigo intitulado *Missão Estética*, onde retoma aspectos do seu relatório e encontra lugar de destaque para não só louvar a iniciativa de criação das MEF por J. de Figueiredo como, também, esclarecer alguns aspectos que, pelo tom do seu discurso, *nublavam* a opinião pública acerca dos objectivos das Missões. E denuncia os verdadeiros propósitos das MEF: *depois do elevado e geral intuito de integrar por mais esta maneira a Arte no programa da educação nacional, as MEF tinham como propósito concreto o facilitar aos artistas e estudantes portugueses de Artes Plásticas o conhecimento dos valores de carácter paisagístico, étnico, arqueológico e arquitectónico de Portugal, e fora estabelecido que tomariam por centro de irradiação, sempre que possível, um castelo histórico ou monumento nacional*<sup>32</sup>. De seguida,

---

<sup>28</sup> “Programa da Missão de Férias – 1937” (s/d, s/a), in *loc.cit.* .

<sup>29</sup> Nas MEF poderiam ser usados livros da Biblioteca da ANBA, constantes de uma relação em cada caso, e que poderiam ir desde simples guias e dicionários até *Histórias de Portugal* e monografias artísticas ou regionais.

<sup>30</sup> Relatório da Primeira Missão estética de Férias, p.1, AHME, fundo DAGESBA, cx. 3/3056, proc. 462.

<sup>31</sup> Edições Ricardo Espírito Santo, Lisboa, 1948, s/pp.

<sup>32</sup> *Ibid.*

refere-se aos motivos de escolha do local da primeira MEF, aos apoios obtidos junto das autoridades locais, as condições de alojamento e a presença entusiasmadora do académico agregado Loukmoski, *bom conhecedor por experiência própria de instituições semelhantes em Madrid, Granada e Londres...*<sup>33</sup> Numa linguagem poética e versando quase exclusivamente pormenores pitorescos da estada em Tomar, bem como aspectos descritivos dos encantos arquitectónicos da localidade, o autor desvia o discurso para uma linha romanceada e subtilmente apologética das MEF.

A partir da primeira Missão, a tutela ministerial deixou as sessões inaugurais das MEF entregues à ANBA e às autoridades locais, roubando-lhes, por assim dizer, a publicidade nacional e o destaque político que a Presidência da ANBA ambicionava para tais iniciativas. Aarão de Lacerda, no seu relatório de Outubro de 1938 referente à segunda MEF<sup>34</sup>, ocorrida naquele Verão em Guimarães, dá conta da importância da participação do Museu Regional de Alberto Sampaio e dos préstimos do seu Director, Alfredo Guimarães, no sucesso da iniciativa e, ao descrever a sessão inaugural e os seus participantes, bem como o teor dos discursos, deixa-nos adivinhar uma certa atmosfera provinciana e atacanhada. Novidade foi a visita inesperada do Presidente da Academia, então já R. dos Santos, que procurou estimular com a sua presença e encómios as actividades dos participantes. Foi salientado o direccionismo da Missão para a problemática da reintegração de monumentos arquitectónicos. As visitas de estudo na cidade e a localidades da região, com objectivos estilísticos e etnográficos não faltaram, em que *os estagiários puderam ver alguns dos melhores edifícios históricos, exemplares do estilo românico, ogival, manuelino, renascença e barroco...*<sup>35</sup>. Mais rica em visitas de estudo do que a primeira, esta missão abrangeu, em termos de história de arte, maior número de *estilos*, géneros artísticos e área geográfica. O mesmo contraste ocorre no caso das conferências: aqui, o Director da Missão efectuou seis prelecções sobre *História de Arte Portuguesa*. Também o estagiário Dr. Alberto de Sousa proferiu uma conferência sobre arte contemporânea. No relatório da terceira missão, Luís Varela Aldemira, quem dirigiu os estagiários em Alcobaça (em que os escultores se encontravam insuficientemente representados<sup>36</sup>), dá-nos conta de que o mosteiro constituiu o tema central dos trabalhos. Quanto aos pintores, distingue a capacidade criativa dos estagiários do Porto dos estudos documentais e iconográficos dos de Lisboa, levando-o a produzir a seguinte afirmação: *O caso, examinado ligeiramente, pode levar-nos a concluir que em Lisboa não se formam artistas compositores.*<sup>37</sup> Realizaram-se várias visitas de estudo nas imediações, à semelhança das Missões anteriores, em que a arquitectura saiu o género mais beneficiado. O Director da Missão refere ainda que proferiu uma conferência sobre *A Ordem Cisterciense, o Abade D. João Dornelas, o Mosteiro, os túmulos*. Realizou-se uma exposição local com os trabalhos dos estagiários, para além da que se viria a organizar em Lisboa, no final do ano, e à semelhança do que ocorrera nos exemplos dos anos transactos. Também não deixa de realçar os prémios e seu significado, acabando por tecer comentários sobre o valor mais amplo das MEF.

A sua visão singela e optimista que procurava ver uma conciliação entre os desígnios conservadores e de preservação do passado da ANBA e da própria instituição das MEF e a

<sup>33</sup> *Ibid.*

<sup>34</sup> *Relatório da IIª Missão Estética de Férias apresentado pelo seu Director à Academia Nacional de Belas Artes*, AHME, fundo DGEBSA, cx.2/3056, proc.462.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p.3.

<sup>36</sup> “O único escultor da Missão trabalhou com afinco e mais faria se tivesse a estimulá-lo outro colega do mesmo ofício. A ausência de escultores neste estágio motivou-a o facto de estarem todos ocupados nas (obras) relativas aos Centenários” in *Relatório da 3ª MEF*, AHME, fundo DGEBSA, cx. 2/3056, proc.491.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p.4.



obra criadora e inédita dos estagiários dentro do espírito *desamarrado* da arte contemporânea só poderia surgir no espírito dos académicos, que projectavam nas MEF esperanças com certeza divergentes das camadas mais novas dos artistas. Propõe que seja revisto o regulamento da ANBA e das MEF *para melhor definir a doutrina de alguns artigos e parágrafos* e que o número de estagiários não seja aumentado por Missão. Solicita igualmente o reforço da verba orçamental para evitar deficiências que reconhece ter havido ao nível do alojamento e da alimentação, pelo menos. Ainda no seu relatório refere a visita de várias personalidades, ligadas às obras do Mosteiro: Dr. R. dos Santos, Arq<sup>o</sup> Marques da Silva (Director da ESBAP), Arq<sup>o</sup> Baltazar de Castro (Director das obras do mosteiro), Drs. Hipólito Rapozo e Eduardo Brazão.

Em Dezembro de 1941, Vergílio Correia dirigia à ANBA o seu relatório como Director da quinta Missão. Clarifica, logo no início do documento que os seus comentários não só se circunscreverão ao modo como os trabalhos decorreram como, também, conterão observações sobre o funcionamento e resultados da mesma Missão. Tendo interrompido por alguns dias a Missão para acompanhar o Curso de Férias da sua faculdade a fora de Coimbra, não deixou de convidar alguns estagiários para o acompanharem. Essas viagens realizaram-se em dias e a locais diferentes com interesse artístico e paisagístico a Coimbra e seus arredores alargados (incluindo a Serra do Buçaco). V. Correia, ao estilo mais universitário, realizou conferências sobre *Arte Manuelina*, *História dos Descobrimentos*, *História de Portugal* e uma palestra sobre *Velazquez* foi proferida por um professor da Universidade de Sevilha, cujo nome não menciona no relatório. Os trabalhos foram quase todos centrados em torno da realização de reconstituições arqueológicas de peças de museu. De seguida, descreveu os trabalhos de cada estagiário, concluindo que *o trabalho produzido, parece-me, em conjunto, bom, e o interesse pelos assuntos arqueológicos e artísticos levou os estagiários a preferirem a estada aqui, em Coimbra, à dispersão de uma praia como a Figueira da Foz, onde só pretendiam passar dois ou três dias*<sup>38</sup>. E termina declarando a insuficiência manifesta da verba atribuída, denunciando o fracasso financeiro desta iniciativa.

Com o passar do tempo, as MEF foram perdendo o seu impacto, em parte até por causa da atenção que a própria ANBA lhes dava, ao ponto de as passar para segundo plano em determinados anos, ao ponto de não se terem realizado as duas primeiras da década de 50. Concluindo, podemos dizer que as MEF inseriram-se, a par de uma política de restauros monumentais levada a cabo pelo Estado Novo, no quadro da denominada *política de espírito*, em que as artes, as letras e as ciências se sujeitaram a uma doutrinação sistemática e tentacular que recaiu sobre a sociedade civil. A institucionalização da *portugalidade* lançou uma verdadeira ofensiva patriótica e *pacificadora* que atingia os vários domínios da educação e da formação das elites. Contudo, as MEF foram heterogéneas: a dispensa oficial da apresentação de programas pelos directores das missões tornou inexistente a criação de critérios pré-determinados na elaboração dos mesmos e a não obrigatoriedade da sua apresentação terá levado a uma situação de desigualdade, tanto de objectivos de estudo como de metodologias de trabalho ao longo dos anos.

Ao longo de vinte e sete anos os directores foram produzindo relatórios das missões efectuadas, que diferiram de estilo e de quantidade de informação veiculada, tendo alguns mesmo concorrido para fornecer elementos sobre obras de arte e monumentos existentes nas localidades onde as missões tinham lugar. Para além de outros problemas relacionados com a adesão dos alunos a este projecto educativo, as MEF ficaram desde cedo comprometidas pelos magros recursos financeiros: desde o início que os académicos se queixaram das verbas insuficientes que eram concedidas, mas em vão. Face a esta situação de quase penúria, qual era o interesse do poder político nas MEF? O governo apreciava o

---

<sup>38</sup> Vergílio Correia, *Relatório da 5ª MEF – Cópia*, AHME, fundo JNE, cx. 28/287, proc.6.

brilhanço das exposiçõs finais dos alunos em Lisboa, optimizando esses momentos como uma mais valia propagandística, contando com empenho dos académicos, embora não apostasse nas MEF ao ponto de lhes assegurar os recursos necessários. Tratava-se, na óptica governamental, de uma actividade que valia enquanto fachada política de custos modestos e suportadora da inventariação/cadastro do património, já que essa tarefa estava cometida legalmente à ANBA. As MEF afirmaram-se como um projecto marcadamente de orientação política e estética, contra o internacionalismo das formas (Carneiro Pacheco), elogiando o decorativismo naturalista (J. de Figueiredo) e afirmando a luta do tijolo contra o mármore e o betão armado (R. Lino).

Finalmente, as MEF foram sentidas de modo diverso pela própria ANBA, que teve para com elas duas atitudes diferentes: uma, mais idealista, de doutrinação das novas gerações de artistas com José de Figueiredo, e outra mais pragmática, instrumentalizada face ao Inventário Artístico de Portugal, com R. dos Santos à frente daquela instituição.

Quadro: Missões Estéticas de Férias

Nº da MEF	Ano	Local	Académico director da MEF	Estagiários e académicos agregados <sup>39</sup>
1ª	1937	Tomar	Arq.º Raul Lino	(Lista aprovada) José Contente, Manuel Lima, Frederico George, Calvet de Magalhães, Trindade Chagas, Herculano da Silva Neves, Lauro Corado, Armando Martins, Luís Pereira Dias, Herculano de Sousa Monteiro, Franklim Ramos Pereria, Carlos Augusto Ramos; (académicos agregados:) Prof. Pintor Joaquim Lopes (da Escola de Belas Artes do Porto) e o antigo conservador dos Museus Imperiais Russos, o Arqº George Loukmoski, ambos académicos correspondentes e artistas. Composição dos estagiários: 6 pintores; 4 arquitectos; 1 escultor; 1 formador
2ª	1938	Guimarães	Prof. Dr. Aarão de Lacerda	(Lista aprovada) Américo da Silva Marinho, Regina Santos Jesus, Maria das Dões Malveiro, Vasco de Almeida Lucena, Salvador Carvão de Eça Barata Feyo, Raul Maria Xavier, Luís Américo Xavier, Alberto da Silva e Sousa, Augusto Gomes de Oliveira, Luís Fernandes de Carvalho e Reis, Francisco Henrique Ferreira Botelho, Virgílio Arnaldo Alexandrino Bravo Silva
3ª	1939	Alcobaça	Prof. Luís Varela Aldemira	(Lista de concorrentes) Beatriz Schiapa de Azevedo, Graziela da Cunha Ferreira, Henrique José Lucas Mingachos, Vasco Almeida de Lucena, Mário Armando Oliveira Soares, Celeste de Jesus Ribeiro, Ernani Coelho, Artur Manuel Bentes, Luís

<sup>39</sup> A razão pela qual nalgumas Missões figura *lista de concorrentes* é porque não se encontraram nos respectivos processos as listas finais dos estagiários aprovados. Por outro lado, os estagiários agregados, cuja escolha dependia umas vezes das Escolas de Belas Artes e outras dos Directores das Missões, nem sempre figuram nas relações contidas nos processos da ANBA; nalguns casos, só tomamos conhecimento da sua existência através de um ou outro relatório.

				Américo Xavier, Francisco Pereira de Macedo Junior, Ernesto Jorge Eusébio, Laura Olinda Alves Costa, Manuel Gouveia Coutinho, Renato Juvêncio da Rocha Torres, Valentim Francisco Malheiro, João Gomes Rebelo Júnior, José Duarte Madeira, Camilo Paiva Soares, António Coelho de Figueiredo, Bruno Alves Reis, Lauro da Silva Corado
4ª	1940	Viana do Castelo	Prof. Joaquim Lopes	(Lista de aprovados) Agostinho António Salgado de Andrade, Mamede Fernandes Portela, David Pereira de Sousa, Bruno Alves Reis, Joaquim do Couto Tavares, Joaquim da Costa Rebocho, Jorge Escalço Valadas, Celestino de Sousa Alves, Joaquim Martins Correia, José Fernandes da Silva, Luiza de Matos e Silva
5ª	1941	Coimbra	Prof. Dr. Vergílio Correia	(Lista de aprovados) João Augusto de Paiva, Luiza Azevedo de Almeida, António Lino Ferreira Pedras, Adriano Costa, António Duarte da Silva Santos, António da Rocha Correia, Afonso Alexandre Duarte Angélico, Carlos Sant' Ana Bragança, Alberto José Pessoa, Francisco Fernandes da Silva Granja, Daniel Ribeiro Sanches. Composição: 1 arquitecto; 4 escultores; 6 pintores (sendo um adido); 1 desenhador e 1 aquarelista (adido).
6ª	1942	Leiria	Prof. Arqº. Ernesto Korrodi	(Lista de aprovados) Armindo Aires de Carvalho, Adelina Berta de Oliveira, António dos Santos, Numídico Bessone Borges de Medeiros Amorim, Pedro Augusto Franco de Anjos Teixeira, Américo Carvalho de Mendonça Tabora, Vítor Manuel Pala e Carmo, Manuel Ramos da Costa Martins, António José Fernandes
7ª	1943	Bragança	Prof. Joaquim Lopes	(Lista de aprovados) Celestino de Sousa Alves, Maria Luisa de Sousa Tavares, Alfredo Le Mettre de Carvalho, Celeste Ribeiro, João Fragoso (desistiu), Renato Juvêncio da Rocha Torres, Mamede Fernandes Portela, António da Assunção Sampaio. Altino Maia, António Cândido da Silva, António José Fernandes (desistiu), Augusto Gomes de Oliveira, Serafim Pereira Teixeira
8ª	1944	Santarém	Gustavo de Matos Sequeira	(Lista de aprovados) Maria de Lourdes Santos Pinto, António dos Santos, Númidico B.B. Medeiros Amorim, Américo Marinho, Vasco Lucena, João Martins da Costa, Amândio José da Silva, Armando Tavares Alves Martins

9ª	1945	Évora	Prof. Dórdio Gomes	(Lista de aprovados) D. Maria Luisa de Sousa Tavares, Vasco Pereira da Conceição, Francisco José Pereira Rodrigues, António Lino da Veiga Ferreira Pedras, Israel Martins de Macedo e Silva, Júlio Artur da Silva Pomar, Arlindo Gonçalves da Rocha, Nadir Afonso Rodrigues, João Raul da Veiga Neves David, Júlio Martins da Silva Dias, D. Maria da Conceição Moutinho da Silva Dias (os três últimos agregados)
10ª	1946	Viseu	Prof. Pintor Domingos Rebelo	(Lista de aprovados) Manuel Lima, João de Alegria Barata, Numídico Bessone Borges de Medeiros Amorim, Joaquim Teixeira, Aníbal Alcino Ribeiro dos Santos, Mário Costa de Almeida Truta, José Carlos Loureiro
11ª	1947	Sintra	Prof. Luís Varela Aldemira	(Lista de concorrentes) Francelina Gonçalves Rodrigues, Luis Fernandes de Carvalho e Reis, Maria das Dores Malveiro, Maria de Lourdes Barreto dos Santos Pinto, Rosa Augusto de Figueiredo Moutinho da Costa, João Martins das Costa, Albino Duarte Baganha, Nuno Alves Tavares, António de Assunção Sampaio, Afonso dos Santos, Maria Graciosa Mendes de Carvalho, Maria da Conceição Mendes de Carvalho, Maria Luisa Sousa Tavares, Gustavo da Costa Gomes Pereira de Vasconcelos, Maria Aurelina de Morais Vale, Altino Maia
12ª	1948	Vila Viçosa	Prof. Luís Varela Aldemira	(Lista de aprovados) Maria Helena Pais de Abreu, Jaime Gaspar Isidoro, Albino Duarte Baganha, António José Fernandes, Francisco Pessegueiro Tavares Saldanha e Miranda, Francisco Blasco Gonçalves; candidatos suplentes: Mário Adolfo Vale Garção, Aníbal Alcino Ribeiro dos Santos, Madalena Pinto da Silva, Maria Arlette Paredes da Silva
13ª	1950	Óbidos e Caldas da Rainha	Gustavo de Matos Sequeira	(Lista de aprovados) Mário Armando de Oliveira Soares, Arnaldo Louro de Almeida, Maria Alice das Silva Jorge (desistiu), Alberto Toronjo de Azevedo Centeno (desistiu), Fernando Fernandes da Silva
14ª	1951	Não se realizou. Não existem elementos no processo sobre nenhum destes parâmetros.		
15ª	1952	Não se realizou. Não existem elementos no processo sobre nenhum destes parâmetros.		
16ª	1953	Mafra	Prof. Armando de Lucena	(Lista de aprovados) Manuel da Silva Marques Bom, Leonor de Andrade de Albuquerque de Bettencourt, Eduardo Luís Teles Fernandes Gomes, Isabel Maria Teles Fernandes Gomes, Maria Francelina

				Gonçalves Rodrigues Gil, Aida Maria de Carvalho Furtado, Maria Sara de Macedo Sá da Costa, Maria Emília Ferreira Jorge Conde da Silva, Maria Gabriela Cordeiro Veloso, Maria Alice Leitão Correia Barreira
17ª	1954	Setúbal	Gustavo de Matos Sequeira	(Lista de concorrentes) João da Conceição Ferreira, Maria Manuela Martins do Pilar, José Joaquim Laranjeira dos Santos, Maria Manuela Nunes de Menezes, Manuel Marques Borges, Carlos Alberto Leopoldo Batalha, Fernando Louro de Almeida, Maria Graciete Jordão Valente, Alberto da Silva e Sousa, Leonor de Andrade e Albuquerque de Bettencourt (desistiu)
18ª	1955	Figueira da Foz	Prof. António Vítor Guerra	(Lista de aprovados) Graco Theodor Martins Wandschneider, Mário Martins do Carmo, Luís Filipe Marques de Abreu, Maria Manuela Morais Martins, Helder Ernesto Coelho Batista, Madalena Pinto da Silva, José Laranjeira dos Santos (suplente)
19ª	1956	Almada (conv.º dos Capuchos)	Pintor Alberto Sousa	(Lista de aprovados) Maria Deolinda de Oliveira Dine Rosado, Maria Manuela Esteves Costa Torres (desistiu), Maria Manuela Nunes de Menezes (Suplente), João da Conceição Ferreira (Suplente), Maria Helena dos Santos Gomes, Helder Ernesto Coelho Batista, José Manuel Mouta Barradas, Armando de Matos Simões, Maria de Lourdes Gabriel Rodrigues (agregada), José Carlos Simões de Miranda (agregada), Abel Baptista dos Santos (agregado)
20ª	1957	Viana do Castelo	Abel Viana	(Lista de aprovados) José Luís de Jesus Ferreira Ribeiro, Abel Almeida da Costa Mendes, Clemente Rodrigues da Silva, Luís Luciano Demée, Salvador Rodrigues Martins, Filinto Elísio Lopes Nozes Tavares, Luís João Lopes Nozes Tavares
21ª	1958	Tomar (concelho)	Prof. Luís Varela Aldemira	(Lista de aprovados) António Gonçalves da Cruz, João da Conceição Ferreira, Maria Luísa de Sousa Nunes, Maria Manuela Esteves Costa Torres, Jaime Aníbal da Costa e Sousa, Mário da Luz ferreira Varela, Artur António Varela, Joaquim Gabriel dos Santos e Silva, Luís José Guerreiro de Melo Bandeira
22ª	1959	Ilhas Berlengas e Peniche	Prof. Luís V.ª Aldemira	(Lista de aprovados) Manuel da Silva de Francesco, Armando José de Ruivo Alves, António Caetano Bronze, Maria Deolinda de Oliveira Dinne Rosado, João António Moreira da Almeida Peneda, Luís José Guerreiro de Melo Bandeira, Helder Ivo Marques Pacheco, Maria Ivone da Conceição Cordeiro, Virgínio César

				Gonçalves Gouveia, Maria Manuela Nunes de Menezes
23ª	1960	Aveiro e arredores	Escultor António Duarte	(Lista de aprovados) Eduardo Zink, Ezequiel Figueiredo Jorge, Clemente Rodrigues da Silva, , Maria Francelina Gonçalves R. Gil, Virgínio Gonçalves Gouveia, (suplentes:) Lúcia Ferreira de Sá, Maria do Carmo Moreira da Silva Jorge, Luís António Domingues Polanah, Fernando Aarão P. Miranda, Maria das Dortes Caldeira de Castel-Branco Boarrotato(?); (agregados:) Manuel Rodil Fernandes, Maria da Conceição Vitorino, Maria de São José Cabrita, Maria Emília Gonçalves Guimarães
24ª	1961	Beja e arredores	Prof. Armando de Lucena	(Lista de aprovados) Maria das Dores Caldeira de Castel-Branco, Ovídio da Fonte Carneiro, Mário da Luz Ferreira Varela, Virgínio César Gonçalves Gouveia, Lúcia Ferreira de Sá, José da Glória Grade, Amândio Manuel Abreu de Sousa (o relatório omite a sua participação)
25ª	1962	Leiria e arredores	Engº Santos Simões	(Lista de aprovados) Ernâni de Jesus da Silva Oliveira, José Manuel da Silva Carvalho Fava, Maria Fernanda Ruivo Remechido, Maria Clotilde da Costa Pinto Mesquita, Ilda Maria Cavaco Tavares, Joaquim Luís Gonçalves
26ª	1963	Funchal	Engº Santos Simões	(Lista de aprovados) Maria Teresa Crisóstomo de Andrade, Carlos Manuel Oliveira dos Santos Madeira, António José Guerra Ferramentas, Maria da Conceição Braz Silveira, Joaquim Luís Gonçalves, Elisabeth Évora Nunes, Rui José de Sousa Cardim, Alberto Almeida Carneiro
27ª	1964	Termas de Vizela	Hipóteses: Esc. António Ferreira de Azevedo; Prof. Barata Feyo; Dórdio Gomes	Houve reduzido número de concorrentes (não identificados no processo); a ANBA decidiu não efectuar a MEF.